Direcção Geral da Agricultura
 Repartição Técnica
 Secção dos Serviços Florestais

DECRETO N.º 3:131

Tendo D. Maria Adriana Pequito Rebêlo requerido, em conformidade com o artigo 29.º da parte VI do decreto de 24 de Dezembro de 1901 e 253.º do regulamento do regime florestal, aprovado por decreto de 24 de Dezembro de 1903, a submissão ao regime de simples policia florestal da sua propriedade abaixo mencionada;

Considerando que por parte das estações competentes foi reconhecida a conveniência da sujeição àquele regime da referida propriedade;

Sob proposta do Ministro do Fomento:

Hei por bem decretar a submissão ao regime de simples policia florestal da propriedade denominada Polvora e anexos, situada na freguesia da Comenda, concelho de Gavião, distrito de Portalegre, pertencente a D. Maria Adriana Pequito Rebêlo, na superficie total de 1:294^h,87 constituída por 48^h,11 de pinhal; 205^h,10 de sôbro e chaparral de sôbro; 8^h,09 de mato e pinhal; 0^h,14 de pousio, castanheiros e sôbro; 3^h,52 de pousio, azinho e sôbro; 8^h,00 de arvense e chaparral de sôbro; 20^h,03 de olival; 64^h,35 de pousio; 607^h,10 de mato; 52^h,36 de olival e pousio; 218^h,10 de arvense; 0^h,97 de olival e arvense; 4^h,16 de horta e pomar; 0^h,07 de eira; 16^h,05 de brejo; 0^h,12 de castanheiros e 9^h,17 de estradas, poços, aceiros e edificações, como consta do respectivo processo e planta autêntica.

A sua proprietária fica obrigada a arborizar no prazo de vinte anos toda a parte inculca da referida propriedade ou sejam 607^h,10 de mato e assumir o encargo de manter dois guardas florestais auxiliares e a colocar nos limites da propriedade, nos termos legais, taboletas com letreiros indicativos do decreto de submissão ao regime florestal; a cumprir o preceituado na portaria de 15 de Janeiro de 1914, quando queira reservar o direito da caça; e a sujeitar-se à fiscalização do pessoal dos serviços florestais.

Para os efeitos da execução de policia, o presente decreto só surtirá efeito, decorrido o prazo de trinta dias, a contar da data da afixação dos editais regulamentares, nos lugares públicos do estilo, do concelho e da freguesia da situação da propriedade.

O Ministro do Fomento assim o tenha entendido e faça executar. Paços do Governo da República, 14 de Maio de 1917. — BERNARDINO MACHADO — *Herculano Jorge Galhardo*.

DECRETO N.º 3:132

Tendo D. Maria Adriana Pequito Rebêlo requerido, em conformidade com o artigo 29.º da parte VI do decreto de 24 de Dezembro de 1901, e 253.º do regulamento do regime florestal, aprovados por decreto de 24 de Dezembro de 1903, a submissão ao regime de simples policia florestal das suas propriedades abaixo mencionadas;

Considerando que, por parte das estações competentes, foi reconhecida a conveniência da sujeição àquele regime das referidas propriedades;

Sob proposta do Ministro do Fomento:

Hei por bem decretar a submissão ao regime de simples policia florestal das herdades denominadas Vale de Carvalho, Margalha, Quinta da Fonte dos Garfos, Presa e Majapão, situadas na freguesia de Gavião, concelho de Gavião, distrito de Portalegre, pertencentes a D. Maria Adriana Pequito Rebêlo, na superficie total de 1:067^h,03, constituídos por 83^h,60 de pinhal, 144^h,56 de sôbro, chaparral de sôbro e pinhal, 42 hectares de pousio e chaparral de sôbro, 0^h,23 de mata, 1^h,25 de matos e pinhal,

0^h,07 de castanheiros, 108^h,74 de olival, 262^h,98 de mato, 0^h,30 de arvense e olival, 5^h,64 de pomar, 0^h,89 de amendal, 1^h,55 de vinha, 0^h,62 de pousio e olival, 0^h,16 de eira, 1^h,26 de albufeira e lagoas e 0^h,48 de edificações, como consta do respectivo processo e planta autêntica.

A sua proprietária fica obrigada a arborizar no prazo de vinte anos toda a parte inculca das referidas propriedades, ou sejam 262^h,98, a assumir o encargo de manter dois guardas florestais auxiliares e a colocar nos limites das propriedades, nos termos legais, taboletas com letreiros indicativos do decreto de submissão ao regime florestal, a cumprir o preceituado na portaria de 15 de Janeiro de 1914, quando queira reservar o direito da caça, e a sujeitar-se à fiscalização do pessoal dos serviços florestais.

Para os efeitos da execução de policia, o presente decreto só surtirá efeito decorrido o prazo de trinta dias, a contar da data da afixação dos editais regulamentares nos lugares públicos do estilo do concelho e da freguesia da situação das propriedades.

O Ministro do Fomento assim o tenha entendido e faça executar. Paços do Governo da República, 14 de Maio de 1917. — BERNARDINO MACHADO — *Herculano Jorge Galhardo*.

DECRETO N.º 3:133

Tendo Joaquim Teles de Carvalho requerido, em conformidade com o artigo 29.º da parte VI do decreto de 24 de Dezembro de 1901, e 253.º do regulamento para a execução do regime florestal, aprovado por decreto de 24 de Dezembro de 1903, a submissão ao regime de simples policia florestal das propriedades abaixo mencionadas;

Considerando que, por parte das estações competentes, foi reconhecida a conveniência da sujeição àquele regime, das referidas propriedades;

Sob proposta do Ministro do Fomento:

Hei por bem decretar a submissão ao regime de simples policia florestal das propriedades denominadas Coutada, Marmeleiro de Baixo, Monte Branco do Fidalgo, Monte Branco das Freiras, Monte Branco do Macedo, Carrascal e Vale de Pães e as courelas Cerejeira, Galinha, Feitinha, Filipa, Marouços, Lameirão, Seixo Branco, Cascalheira, Sousa, Baldia, Zambujeiro, Carrasqueira, Melroa, Santo, Baralhas Comprida e Grande, situadas na freguesia de Valongo, concelho de Avis, distrito de Portalegre, pertencentes a Joaquim Manuel Teles de Carvalho, na superficie total de 1:390^h,84, constituídos por 0^h,42 de pinhal, 794^h,84 de azinho e sôbro, 4^h,22 de chaparral, 51^h,86 de olival, 232^h,46 de arvense e chaparral, 36^h,45 de pousio, 263^h,31 de arvense, 3^h,62 de vinha e olival, 0^h,12 de jardim, 1^h,65 de horta e pomar, 0^h,90 de areias, 0^h,22 de estradas e caminhos, 0^h,25 de eiras e 0^h,52 de edificações e pátios, como consta do respectivo processo e planta autêntica.

O seu proprietário fica obrigado a tomar o encargo de manter dois guardas florestais auxiliares e a colocar nos limites da propriedade, nos termos legais, taboletas com letreiros indicativos do decreto de submissão ao regime florestal, a cumprir o preceituado na portaria de 13 de Janeiro de 1914, quando queira reservar o direito da caça, e a sujeitar-se à fiscalização do pessoal dos serviços florestais.

Para os efeitos da execução da policia o presente decreto só surtirá efeito, decorrido o prazo de trinta dias, a contar da data da afixação dos editais regulamentares, nos lugares públicos do estilo dos respectivos concelho e freguesia, da situação das propriedades.

O Ministro do Fomento assim o tenha entendido e faça executar. Paços do Governo da República, 14 de Maio de 1917. — BERNARDINO MACHADO — *Herculano Jorge Galhardo*.